

ANTECEDENTES DA LEI DO DIVÓRCIO: O CONTEÚDO VEICULADO NAS PÁGINAS DA REVISTA MANCHETE EM 1975

ANTECEDENTS TO THE DIVORCE LAW: THE CONTENT PUBLISHED ON THE PAGES OF MANCHETE MAGAZINE IN 1975

ANTECEDENTES DE LA LEY DE DIVORCIO: EL CONTENIDO DE LAS PÁGINAS DE LA REVISTA MANCHETE EN 1975

Lauren Cavichioli Quissini*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar de que forma a revista Manchete (1952-2000) apresentou os debates que antecederam a lei do divórcio (1977) no Brasil. Considerando a popularidade e a intensidade de circulação da mesma, elegeu-se para este trabalho 12 edições que compreendem o período que vai de 4 de janeiro de 1975 (edição 1185) a 24 de maio de 1975 (edição 1205). Deste modo, para a análise, utilizar-se-á da metodologia da Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (1977), concomitante as recomendações feitas por Moraes (1999) e Zicman (1985). Os resultados indicam, portanto, que os conteúdos veiculados nas reportagens estiveram relacionados direta (através de debates políticos antidivorcistas e divorcistas) e indiretamente (por meio dos questionamentos levantados pelo mundo acerca dos direitos femininos).

Palavras chave: Direitos femininos. Lei do divórcio. Revista Manchete.

Abstract: This article aims to analyze how the magazine Manchete (1952-2000) presented the debates that preceded the divorce law (1977) in Brazil. Considering its popularity and circulation intensity, 12 editions were chosen for this work, covering the period from January 4, 1975 (edition 1185) to May 24, 1975 (edition 1205). Thus, for the analysis, we will use the Content Analysis methodology, proposed by Laurence Bardin (1977), concomitant with the recommendations made by Moraes (1999) and Zicman (1985). The results indicate, therefore, that the contents conveyed in the reports were directly related (through antidivorcist and divorcist political debates) and indirectly (through questions raised by the world about women's rights).

Keywords: Divorce law. Manchete magazine. Women's rights.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar cómo la revista Manchete (1952-2000) presentó los debates que precedieron a la ley de divorcio (1977) en Brasil. Teniendo en cuenta su popularidad e intensidad de circulación, se eligieron 12 ediciones para esta obra, que abarcan el período comprendido entre el 4 de enero de 1975 (edición 1185) y el 24 de mayo de 1975 (edición 1205). Así, para el análisis utilizaremos la metodología de Análisis de Contenido, propuesta por Laurence Bardin (1977), concomitante con las recomendaciones de

Moraes (1999) y Zicman (1985). Los resultados indican, por tanto, que los contenidos transmitidos en los informes estaban directamente relacionados (a través de debates políticos antidivorcistas y divorcistas) e indirectamente (a través de preguntas planteadas por el mundo sobre los derechos de las mujeres).

Palabras clave: Derechos de la mujer. Ley de divorcio. Revista Manchete.

Introdução

A temática divorcista no Brasil vem sendo discutida desde o século XIX. O acirramento dessas discussões esteve presente entre os anos 1950 até o final da década de 1970. Em contexto de mudanças sociais pelo mundo, na busca pela reafirmação dos direitos femininos e sendo intitulado pela ONU como o ano da libertação da mulher, o ano de 1975 representou nas páginas da revista Manchete um período de amplas reivindicações e antagonismos entre aqueles que eram favoráveis a causa divorcista e os que eram contrários a ela.

Nesse sentido, a revista constituiu-se como um dos mais importantes impressos que circularam durante toda a segunda metade do século XX. “De 1952 a 2000, registrou e comentou os grandes acontecimentos nacionais e internacionais e nos proporcionam, ainda hoje, olhares que apontam para as memórias sociais e a cultura política do país” (DE FÁVERI, 2014, p. 104). A emenda proposta pelo protagonista na defesa do divórcio, Nelson Carneiro (que há 25 anos vinha defendendo a pauta), em maio de 1975 (durante a ditadura militar), não conseguiu alcançar a exigência do quórum de 287 votos para a aprovação.

Posto isso, o artigo tematiza o conteúdo veiculado na revista Manchete, verificando como esta apresentou os debates que antecederam a lei do divórcio de 1977, através de um recorte temporal traçado de 4 de janeiro de 1975 a 24 de maio de 1975. Para atender a tal objetivo, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica, embasando-se em referências de artigos, dissertações, livros e teses. Metodologicamente, orienta-se pela Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (1977), concomitante as recomendações feitas por Moraes (1999) e Zicman (1985).

O artigo apresenta num primeiro momento, a introdução seguida por uma breve revisão bibliográfica contextualizando a temática, bem como, um pouco sobre o precursor da lei; a relação entre História e Imprensa; características e fases da revista trabalhada, findando-se pela explicação detalhada da utilização do método da Análise de Conteúdo. Por fim, traz algumas considerações pertinentes ao assunto abordado.

Contextualização da temática: a aprovação da lei do divórcio no Brasil (1977)

As discussões acerca da temática sobre a instituição do divórcio no Brasil, como bem aponta o estudo realizado por Maria Isabel de Moura Almeida (2010), estão presentes desde “no mínimo, o final do século XIX, com a instituição do casamento civil e o longo processo de reformulação do Código Civil, que entrou em vigor em 1917” (ALMEIDA, 2010, p. 9). Desse modo, essas discussões acirraram-se, principalmente de 1950 ao final da década de 1970, envolvendo uma linha divorcista e outra antidivorcista. A primeira considera a aprovação do divórcio como ponto de partida para inserir o Brasil na modernidade. Já a outra, advinda de um tradicionalismo rígido, é fortemente influenciada pela ideologia católica e arraiga-se a defesa da família e das instituições cristãs, justificando sua oposição. Havendo ou não pontos de vistas diferentes, no dia 26 de dezembro de 1977, o presidente Ernesto Geisel sancionou a lei 6.515/77, tornando assim facultativo o divórcio no Brasil. A aprovação da lei, significou como salientou Almeida (2010, p. 9) “um forte golpe na hierarquia católica que por décadas conseguiu impedir a aprovação dessa lei, mantendo nas constituições brasileiras, o princípio da indissolubilidade do matrimônio”.

Dentro desse cenário, o contexto em que se insere a aprovação da lei do divórcio (1977), é o Período Militar (1964-1985), mais precisamente no governo do general-presidente Ernesto Geisel (1974-1979)ⁱ. Sobretudo, a aprovação da lei esteve imbricada no decreto promovido pelo próprio presidente, referindo-se a um conjunto de medidas políticas e econômicas sem debate parlamentar, entre elas, a reforma do Judiciário e seis decretos-leis, que se tornaram conhecidas como Pacote de Abril. Desse modo, o Pacote de Abril, compreendia:

A derrubada da exigência dos votos de dois terços do Congresso para aprovação dos projetos de emendas constitucionais, que poderiam ser aprovados com a maioria simples, possibilitando que o governo conseguisse aprovar projetos de emendas constitucionais apenas com os votos da ARENA; extensão do mandato (de cinco para seis anos) do próximo presidente da República; a eleição indireta para um terço das cadeiras no Senado, criando os “senadores biônicos” e garantindo 21 cadeiras senatoriais em 1978 à ARENA (KINZO, 1988, p. 182-183, apud, BATISTELLA, 2020, p. 396).

Dessa maneira, facilitou-se a partir do chamado Pacote de Abril a aprovação da lei, visto que a exigência do quórum de dois terços havia sido revogada. Nesse período, o governo Geisel, segundo Marcos Napolitano (2014), encontrava-se em um nível de descontentamento social elevadíssimo. Esse movimento partia de “estudantes, intelectuais, empresários, cleroⁱⁱ, trabalhadores, ruralistas e até políticos da ARENA eram citados no balaio dos insatisfeitos” (NAPOLITANO, 2014, p. 241). Conforme salienta ainda o autor, externamente, as críticas

partiram também do presidente estadunidense Jimmy Carter e do Papa Paulo VI. Pelo viés explícito, a violação aos direitos humanos era a principal crítica. Implicitamente, estavam em cena as aventuras brasileiras no campo nuclear, no caso de Carter, e pela reforma que se encaminhava a aprovação do divórcio, no Vaticano.

Para além dos descontentamentos com o governo, estava ocorrendo desde a década de 1950, intensas modificações sociais e culturais inserindo o país num processo de mudanças e desenvolvimento industrial. Essas mudanças, portanto, desembocaram não só no cotidiano e nas transformações de infraestrutura, mas acabaram tornando as relações sociais mais complexas, principalmente, a partir dos anos 60 e 70. Concomitante a isso, houve-se as influências do movimento feminista e dos protestos *hippies*, abrindo espaço para que as ditas “verdades absolutas” começassem a ser questionadas (CARVALHO, 2008, p. 161-162). Nessa lógica, o feminismo de “Segunda Onda”, (PEDRO, 2012, p. 243-244) foi um grande indicador para a ampliação de assuntos acerca da sexualidade e do corpo, respaldando na ampliação das consciências femininas sobre o planejamento de suas vidas com mais segurança, considerando um novo estilo de vida pautado na quantidade de filhos que queriam terⁱⁱⁱ, carreira profissional e questões financeiras.

Nelson Carneiro: o mais enfático lutador pela causa divorcista

Contrariamente à oposição feita pela Igreja Católica às questões divorcistas, destaca-se a presença daquele que foi o mais enfático na luta para institucionalizar o divórcio no Brasil, o então “advogado Nelson Carneiro, deputado federal a partir de 1947 (senador em 1971, cadeira que ocupou até 1985). Em 1952, apresentou proposta para retirar a expressão “vínculo indissolúvel” da Constituição, que foi rejeitada” (DE FÁVERI, 2007, p. 340). A partir daí, não foram poucas as discussões que se traçaram acerca de emendas e projetos que antagonizavam-se entre aqueles que defendiam ser direito do Estado trabalhar em prol das leis e aqueles que lutavam pela presença da religião na burocracia.

Ao ser eleito em 1971 senador da República, Nelson Carneiro (DE FÁVERI, 2007) retoma com mais força o projeto da emenda divorcista, resultando, em 1977, na sua aprovação. Por ora, esse processo não foi encarado com tranquilidade, considerando-se a pujança de forças ideológicas e políticas lideradas, principalmente, pela Igreja a qual insistia na manutenção da família através do casamento/sacramento. Contrariamente a esses posicionamentos, encontravam-se os argumentos divorcistas. Devido a sua experiência na

área da advocacia, especialmente, em causas civis, o senador Nelson Carneiro tinha a clareza da necessidade de sensibilizar as mulheres a lutarem pelo divórcio, pois a situação de desquitadas^{iv} acabava por marginalizá-las aos olhos da sociedade, levando até mesmo seus filhos a imoralidade. Nesse sentido, De Fáveri (2007, p. 343), expressa os argumentos divorcistas para o fato de que:

O recasamento seria uma forma de manter a família, fundamentando-se na mesma base conservadora de sustentação e reafirmação das estruturas familiares vigentes, proporcionando o reenquadramento de homens e mulheres nos seus papéis essenciais dentro da sociedade.

Contudo, mesmo nesse cenário conflitivo de posições antagônicas mergulhadas em contexto de ditadura militar, e posterior a uma emenda que não vingou em maio de 1975, novas votações iniciam-se em 14 de junho de 1977. O clima de polêmicas acirra-se compulsoriamente. A imprensa destrincha com suas matérias de prós e contras em muitos jornais do país. A Igreja Católica põe-se em marcha “fazendo das procissões de Corpus Christi daquele ano verdadeiras passeatas contra o divórcio, distribuindo, em todas as missas de domingo, “panfletos, num total de 50 mil” (DE FÁVERI, 2007, p. 346).

Em síntese, os antagonismos e discussões, vieram a calhar na aprovação da emenda constitucional que implantou o divórcio no Brasil. As votações encerraram-se no dia 16 de junho de 1977 e foi aprovada por 219 votos a favor e 161 contras. Por fim, a lei foi assinada pelo presidente Ernesto Geisel, no dia 26 de dezembro de 1977. A aprovação minimizou os debates, mas não os encerrou por completo, pois, atualmente, a ideologia católica vez por outra se faz ainda latente nos assuntos que dizem respeito à família e principalmente aos comportamentos femininos.

História e imprensa

A grande utilização da imprensa como fonte para o conhecimento histórico como hoje se conhece, nem sempre foi assim. Na década de 1970, eram poucos os trabalhos que se valiam de jornais e revistas para a produção do conhecimento histórico. Esse número ínfimo de trabalhos utilizando-se dessas fontes, esteve vinculado, a uma tradição que durante os séculos XIX e XX, apostava no ideal da busca da verdade dos fatos. Era uma questão que girava em torno dos métodos empregados pelos historiadores, onde apelavam para o fato de que “o historiador precisava de uma distância no tempo para poder analisar “objetivamente”, sem paixões, o seu objeto de estudo” (ABREU, 2008, p. 7-8). As fontes utilizadas por estes pesquisadores eram os arquivos escritos, portanto, as únicas reconhecidas como legítimas.

No entanto, esses pressupostos que orientavam os historiadores a um olhar de objetividade, neutralidade e fidedignidade ao seu objeto de estudo, alteraram-se significativamente nas décadas finais do século XX, pois anteriormente a crítica a essa concepção realizada na década de 1930 pela Escola dos *Annales* “não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa” (DE LUCA, 2005, p. 112). Foi através de algumas contribuições advindas de outras ciências humanas como a Sociologia, Psicanálise, Antropologia, Linguística e Semiótica, concomitante a revolução temática, o fortalecimento da História Cultural além de uma renovação teórica das correntes de pensamento como o marxismo, que respaldaram em reflexões sobre as práticas metodológicas realizadas até então e alteraram, por conseguinte a prática historiográfica (DE LUCA, 2005, p. 112).

Ao encontro da afirmação anterior, Peter Burke (2005, p. 25), salienta que no contexto dessas mudanças, o historiador começa a fazer “novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais”. Dessa maneira, alguns historiadores voltam-se a “história oral; outros à evidência das imagens; outros à estatística” (BURKE, 1992, p. 25). Nesse âmbito, encontra-se a imprensa. A renovação da História Cultural, propiciou a abertura para a valorização e incorporação de novas fontes, enquadrando-se assim a imprensa. Apesar da ampliação das fontes, alguns pesquisadores só trabalhavam com a imprensa por falta absoluta de fontes e outros encaravam as recomendações com grande ceticismo (DE LUCA, 2005, p. 116).

Entretanto, atualmente, comparando-se com as produções dos anos 1970, verifica-se uma ampla utilização da imprensa como fonte para a pesquisa histórica, visto que, segundo os apontamentos de Vavy Pacheco Borges (apud, DE LUCA, 2005, p. 130):

[...] nota-se hoje nos resumos [das teses e dissertações consultadas] um frequente uso da imprensa, seja como meio fundamental de análises das ideias e projetos políticos, da questão social, da Influência do Estado e da censura etc., seja como fonte complementar para a História do ensino, dos comportamentos, do cotidiano.

Da mesma forma como foram surgindo novos objetos, abordagens e fontes históricas e, por conseguinte foram desenvolvendo-se novas perguntas e metodologias de trabalho, alteraram-se concepções já arraigadas e dadas por vencidas, como bem explanou-se acima acerca dos motivos pelos quais levavam os historiadores a não fazer o uso da imprensa em suas pesquisas. Mesmo que esses posicionamentos tenham se desvinculado das pesquisas com esse tipo de fonte, é necessário que o pesquisador atente para o fato de que “a escolha do

jornal como objeto de estudo, deve ser entendida que a imprensa não é mero “veículo de informação”, mas instrumento de manipulação, fazedor de mentes e condutas, manipulador da “consciência social” (HEINSFELD, 2013, p. 210).

Manchete: um pouco sobre a revista semanal

Para que se possa aprofundar algumas questões no que tange aos posicionamentos que a revista Manchete seguirá, é importante abordar as origens da família Bloch, fundadora da própria revista.

Segundo as abordagens realizadas por Do Nascimento (2015, p. 26), Adolpho Bloch é oriundo de uma família de imigrantes ucranianos que viviam em uma pequena aldeia pobre de judeus. Jitomir era o nome da cidade em que viviam. Ali existiam algumas pequenas empresas e dentre essas, algumas gráficas. O pai de Adolpho, Joseph casou-se com uma mulher herdeira de uma grande casa com empregados e ali logo montou uma oficina de tipografia. No entanto, as condições políticas de desagrado provocadas pela Revolução Russa de 1917, em que tropas do governo saquearam o grande casarão da família, fizeram com que eles se mudassem para o Brasil em 1922. É importante salientar esse episódio de perseguição aos judeus, pois ele serve de compreensão à justificativa utilizada por Arnaldo Bloch na biografia^v sobre a extensa família ucraniana, referindo-se ao posicionamento de aversão de Adolpho Bloch aos comunistas, acusando-os de antissemitismo.

No Brasil, a família Bloch instalou-se no Rio de Janeiro e ali montaram uma pequena tipografia que se popularizou com o trabalho para os banqueiros do jogo do bicho, os quais encomendavam semanalmente cem mil folhas, melhorando a situação financeira da família. Aos poucos, novas técnicas de trabalho na gráfica foram surgindo e, consequentemente o grupo de trabalhadores foi ampliando-se (DO NASCIMENTO, 2015, p. 27). Desse modo, Adolpho investiu nas modernizações e importou máquinas rotativas *Webendorf*, oriundas da Alemanha o que os possibilitou a impressão de gibis e revistas encomendados por Roberto Marinho.

Nessa lógica de melhoramentos, encontra-se o surgimento de Manchete^{vi}. Advinda das ideias de Adolpho, sua primeira esposa Lucy, o jornalista Henrique Pongeti e o primo Pedro Bloch, lançou-se em 26 de abril de 1952 a primeira edição da revista. O contexto do aparecimento da mesma condiz com o período de efervescência e liderança nas vendas da revista Cruzeiro. Diferente da dinâmica de trabalho da revista Cruzeiro, a Bloch Editores

investiu na composição eletrônica e na qualidade gráfica de cores vibrantes (DO NASCIMENTO, 2015, p. 30).

Posterior a dezessete edições semanais, a revista *Manchete* entrou em estado de falência. Diante dessa situação, Adolpho resolveu convidar Hélio Fernandes ex-diretor de *O Cruzeiro* para assumir a direção da revista. A partir da vigésima quinta edição, a nova direção trouxe à tona a redução nas longas reportagens, folhas vibrantes e textos de alta qualidade discursiva, muitas vezes de cunho sensacionalista (DO NASCIMENTO, 2015, p. 30). Foi nesse período que *Manchete* ganhou impulso comercial e editorial. Entretanto, divergências entre Hélio e Adolpho acabaram resultando no afastamento do primeiro, pois Adolpho criticava o caráter muitas vezes explosivo de suas matérias, almejava um conteúdo mais ameno.

A partir daí, assumiram Nelson Quadros e Otto Lara Resende. O caráter da revista passou então a ser menos politizado e voltou-se ao “entretenimento, entrevista com artistas, morte de políticos e celebridades, concursos de misses e carnaval” (DO NASCIMENTO, 2015, p. 31). Apesar da mudança de seu caráter, a revista contava com diminuta atração na qualidade do papel, além de que a matéria de capa era a única colorida. Foi somente com a compra de novas impressoras em 1956 que o padrão gráfico ganhou qualidade. Esse período de apogeu coincidiu com o declínio de *O Cruzeiro*, fazendo com que muitos dos funcionários da última viessem a compor o quadro de trabalhadores da *Manchete*.

Na década de 1960, a revista *Manchete* tomou posto de destaque devido à cobertura que forneceu à construção e posterior inauguração de Brasília, abarcando reportagens de grande repercussão e exclusividade. Conforme salienta Do Nascimento (2015), apresentando o depoimento de uma ex-funcionária da *Manchete*:

A revista preocupava-se principalmente em trazer matérias de gente considerada importante, famosos, nacionais e internacionais de todas as áreas e épocas, grandes acontecimentos, crítica de filmes, novelas, reportagens especiais sobre a Europa, África, Oriente Médio, China e etc., temas de comportamento, tragédias, inovações da ciência, e uma cobertura esportiva fartamente ilustrada (DO NASCIMENTO, 2015, p. 32).

Ao encontro da explanação acima, faz-se necessário apontar para o fato de que a revista apresentava a característica de maleabilidade. Entende-se desse modo, pois ela noticiou “A noite das reformas sobre o comício de Jango e na edição seguinte festejou a chegada dos militares ao poder” (DO NASCIMENTO, 2015, p. 32). Mantinha-se uma relação abertamente a favor do governo militar, mas em contraposição, relações estreitas e amistosas com comunistas a citar Oscar Niemeyer e o político Leonel Brizola^{vii}. No que concerne à

personalidade evidente em Adolpho Bloch^{viii} é de que ele mantinha relações estreitas com todos os presidentes, estando presente em todas as cerimônias de posse e reuniões. Essa maneira de relacionar-se com o poder vigente, tem por detrás um grande interesse em adquirir verbas públicas de propaganda e ganhar visibilidade midiática por suas reportagens em prol do governo. Aliás, é essa relação que a manterá em pé por meio de “empréstimos, financiamentos, propagandas de estatais na revista e perdão de dívidas por impostos” (DO NASCIMENTO, 2015, p. 34).

Na década de 1970^{ix} alguns apontamentos foram feitos concernentes ao excesso de matérias internacionais presentes na revista, a falta de humorismo e a escassez de matérias voltadas para o público feminino, juntamente aos textos longos. Justino Martins já tinha sido diretor da revista, e insistia para que os redatores escrevessem com mais “graça, objetividade e simplicidade” (DO NASCIMENTO, 2015, p. 33). Já, em 1982, a revista a Manchete, embora não se indispusesse ao governo militar, foi responsável por financiar boa parte da publicidade da campanha de Leonel Brizola para governador do Rio de Janeiro, após o exílio.

Por fim, cabe atentar para as motivações que levaram à falência da revista. Com a entrada da TV Manchete em 1983, todos os investimentos e olhares guiaram-se para ela. Destacando-se por ser a primeira emissora a transmitir o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro, venceu-se as acirradas disputas de Ibope. Após o carnaval, Adolpho passou a investir em novelas, as quais resultaram em uma audiência regular. Sobre tudo, o Plano Cruzado I e o Plano Cruzado II (DO NASCIMENTO, 2015, p. 36) trouxeram inflação e aumento nos juros. Isso, concomitante a crise financeira do país, a desvalorização da moeda, as mudanças nas dinâmicas de modernização nacional, a falta de investimento de assinaturas (dependendo exclusivamente de sua colocação nas bancas) e sua distribuição centrada nas grandes capitais foram alijando a empresa de seu antigo poderio. Adolpho Bloch faleceu em 1995 e em julho de 2000, seu sobrinho Pedro Bloch decretou a falência oficial da Bloch Editores^x.

Método

Essa é uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como fonte de informação dados secundários provenientes da revista semanal Manchete (1952-2000), delimitando-se 5 meses, de janeiro a maio de 1975, correspondendo a um total de 12 (doze) edições. Deixou-se de lado 5 (cinco) edições consideradas não relevantes para os objetivos propostos neste artigo.

No que tange a escolha da revista para a análise, justifica-se por sua popularidade e intensa circulação no Rio de Janeiro. Já, a escolha do ano de 1975 explica-se pelo fato de ter sido rejeitada pelo Congresso Nacional a emenda do divórcio e para além disso, fora proclamado pela Organização das Nações Unidas o Ano Internacional da Mulher, adquirindo por Manchete um espaço significativo para uma abordagem conteudista e aberta aos debates dos direitos femininos que vão diretamente ao encontro da temática divorcista.

Os dados da revista, isto é, as reportagens, serão analisadas através da metodologia da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), uma referência nos estudos sobre esse tipo de análise, além de seguir-se as recomendações não menos relevantes de Moraes (1999) e Zicman (1985).

O Método da análise de conteúdo

Como bem aponta Renée Barata Zicman (1985, p. 94), a Análise de Conteúdo esteve ligada ao desenvolvimento das Ciências Sociais a partir dos anos 1920/1930. Primordialmente, dedicava-se a estudos quantitativos da Imprensa, trabalhando com materiais de cunho jornalístico, revelando-se como “uma técnica de pesquisa objetiva, sistemática e quantitativa”. Nesse sentido para Bardin (1977, p. 15) salienta que a cerca de quarenta anos, a análise de conteúdo desenvolveu-se nos Estados Unidos e teve um grande destaque nas análises de estudo das propagandas a partir da Primeira Guerra Mundial, amplificando-se depois da Segunda^{xi}. No entanto, foi nas décadas de 50 e 60, que em paralelo a ampliação dos estudos linguísticos, ocorreu a aplicação do método da Análise de Conteúdo em disciplinas diversas como a Sociologia, História, Psicologia, Ciência Política, Jornalismo, etc. Desse modo, o autor aponta para o fato de que:

Cada pesquisador deve definir suas próprias regras, adaptando as técnicas existentes e os indicadores de análise em função do tipo específico de documento utilizado e das necessidades também específicas de cada pesquisa (ZICMAN, 1985, p. 95).

Ao encontro dessa proposição, Laurence Bardin (1977), aponta a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações e por vislumbrar esse campo, designa-se como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 42).

A técnica metodológica proposta por Bardin (1977) será utilizada na análise do corpus documental selecionado para esta pesquisa. Dentro dessa lógica, assim como propõe a autora, ressalta-se a importância do rigor na utilização da análise de conteúdo, a necessidade de ultrapassar as incertezas, e descobrir o que é questionado. Segue-se desse modo, a organização da análise inquirida pela própria autora. Três polos cronológicos sinalizam as diferentes fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material, e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 1977, p. 95).

No que concerne ao primeiro passo da análise (a pré análise), tem por objetivo a organização, embora ela própria seja composta por atividades não estruturadas (abertas). Esta fase compreende (BARDIN, 1977, p. 96-97-98):

- a) Leitura Flutuante: refere-se ao primeiro contato com os documentos a serem analisados. Momento em que se começa a conhecer as fontes a investigar.
- b) Escolha dos documentos: consiste na definição do *corpus* de análise;
- c) Formulação das hipóteses e objetivos: constituídos a partir da leitura inicial dos dados;
- d) Elaboração de indicadores: para que haja a interpretação do material selecionado;

Os dados selecionados para a análise, devem seguir segundo os apontamentos da autora algumas regras:

- Regra da exaustividade: é preciso ter em conta todos os elementos desse corpus. Não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou aquela razão (p. 97).
- Regra da representatividade: a análise pode efetuar-se numa amostra (se os dados forem em quantidades significativas). A amostragem disse-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial (p. 97).
- Regra da homogeneidade: os documentos retidos devem ser homogêneos, obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha (p. 98).
- Regra da pertinência: os documentos selecionados para a análise devem corresponder ao objetivo que suscita a análise (p. 98).

Exposta e compreendida a primeira fase, a segunda refere-se à exploração do material. Esta consiste, essencialmente, de operações de codificação considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. Codificação

pelo viés de Bardin (1977, p. 103), é efetuada segundo regras precisas através do recorte, agregação e enumeração sobre informações textuais representativas do conteúdo. Todas as fontes são recortadas em unidades de registro. Ao serem analisadas, são identificadas palavras-chaves para realizar a categorização. Depois disso, são organizadas as unidades de contexto, isto é, fazendo-se o exercício de retorno de onde cada contexto a unidade está situada, podendo-se explorar de forma mais completa seu significado. Posteriormente sucede-se o processo de categorização. As categorias são agrupadas por tema e consequentemente respaldam na interpretação dos resultados pelo analista. Em sínteses, o *corpus* documental é recortado em unidades de registro, agrupadas através do tema em categorias iniciais, resultando nas inferências, interpretação das mensagens e compreensão do material selecionado.

A terceira e última fase diz respeito ao tratamento dado aos resultados, isto é, a inferência e a interpretação. Para Bardin (1977, p. 133), pode-se apoiar nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro; o emissor e o receptor, enquanto polos de inferência.

Etapas 1: leitura flutuante

Os materiais selecionados para a análise deste artigo, como já ressaltados anteriormente, compreendem um total de 13 (treze) reportagens retiradas da revista Manchete (1952-2000). Tratando-se de uma revista semanal, foram delimitadas as edições 1185 de 4 de janeiro de 1975; 1187 de 18 de janeiro de 1975; edição 1188 de 25 de janeiro de 1975; edição 1190 de 8 de fevereiro de 1975 (daqui somaram-se 2 reportagens); edição 1193 de 01 de março de 1975; edição 1195 de 15 de março de 1975; edição 1197 de 29 de março de 1975; edição 1198 de 5 de abril de 1975; edição 1200 de 19 de abril de 1975; edição 1202 de 3 de maio de 1975; edição 1204 de 17 de maio de 1975; edição 1205 de 24 de maio de 1975. Dentre essas, as edições 1191 de 15 de fevereiro de 1975; a edição 1196 de 22 de março de 1975, a edição 1199 de 12 de abril de 1975; edição 1203 de 10 de maio de 1975 e edição 1206 de 31 de maio de 1975 foram deixadas de lado pela motivação de que não correspondiam ao objetivo central da pesquisa, dando-se maior ênfase a temas políticos não tocantes à temática do divórcio ou próxima a ele.

No que concerne as leituras das fontes, em termos gerais, pôde-se notar a grande visibilidade dada as questões em torno da mulher e dos seus direitos, visualizando-se mesmo que indiretamente reportagens referentes ao divórcio a nível mundial e o posterior enfoque dessa discussão no Brasil, dando-se abertura ao senador Nelson Carneiro para proclamar seu projeto, bem como, às opiniões dissonantes da dele, definidas nas reportagens como a comunidade católica da Igreja.

Etapas 2: quadro analítico

Esta divisão da pesquisa refere-se à segunda etapa proposta por Bardin (1977), isto é, a exploração do material. Posterior a leitura flutuante de todo o material, foram selecionadas as reportagens de acordo com o objetivo da pesquisa: analisar de que forma a revista Manchete (1952-2000) apresentou os debates que antecederam a lei do divórcio (1977) no Brasil. Os objetivos, segundo Moraes (1999) em caso de uma pesquisa quantitativa, são em geral definidos de antemão de modo preciso. Já em relação à pesquisa qualitativa, os objetivos podem ocorrer antes ou durante o processo investigativo. Neste trabalho, como se viu, o objetivo foi definido anterior a investigação. Com a intenção de facilitar a compreensão das análises das reportagens, para além da explanação da Análise de Conteúdo, breves explicações acerca dos critérios utilizados em cada uma das etapas serão expressas no Quadro 1.

Quadro 1. Metodologia explicativa

CODIFICAÇÃO - cada material escolhido para a análise poderá ser identificado através de números ou letras, com a finalidade prática de retorno rápido ao material pelo pesquisador. A escolha feita para detectar os materiais foram “reportagem 1; reportagem 2”; e assim por diante. As unidades de registros devem ser codificadas/enumeradas conforme a primeira codificação, a exemplificar “1.1; 1.2; 1.3”.	
Unidades de registros	Constituídas após uma leitura cuidadosa dos materiais selecionados, as unidades de registros foram explicitadas de acordo com o objetivo da pesquisa. Nesse sentido, as unidades podem ser tanto as palavras, frases, temas ou mesmo documentos em sua forma integral. Quanto à definição de cada unidade de registro, podem ser apresentados os dados brutos do material ou podem ser divididos em unidades menores, escritas com palavras do próprio pesquisador. É importante que se faça a representação de conjuntos de informações que tenham um significado completo em si mesmo, visando que as unidades possam ser compreendidas fora do contexto original de sua produção.
Unidades de contexto	A justificativa para a organização das unidades de contexto, é a ideia de poder-se retornar ao contexto donde cada unidade de análise provém. Assim, foram dispostas nesse processo as edições onde cada reportagem encontrava-se; total de páginas de cada revista selecionada; por quem foi escrito; em alguns casos contexto de sua produção e identificação se reportava na capa.
Categorização	A categorização é um processo feito a partir do agrupamento dos dados das unidades considerando a parte comum existente entre eles, fundamentando-se no objetivo ou problema da pesquisa. Elas podem ser classificadas por semelhança ou analogia, critérios semânticos, originando categorias temáticas, verbos, adjetivos, substantivos, etc. No caso das análises feitas aqui, as categorias foram definidas por critérios semânticos,

	respaldando em categorias temáticas. Por fim, cabe dizer que as categorias têm de atender aos critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, explanados anteriormente.
--	--

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2021.

Etapa 3: Descrição/Interpretação

Após serem codificadas, separadas em unidades de registros e contextos para posteriormente serem categorizadas, é importante salientar algumas observações decorridas das reportagens analisadas. Dentre um total de 13 (treze) reportagens, 5 (cinco), foram redigidas/entrevistadas por mulheres, respectivamente (Reportagem 2^{xii}: 1975 - O ano da mulher; Reportagem 5^{xiii}: Depois do divórcio, o aborto; Reportagem 7^{xiv}: Dois temas explosivos: aborto e divórcio; Reportagem 8^{xv}: 1975, o ano da libertação da mulher e Reportagem 11^{xvi}: Françoise Giroud. Desse modo, percebeu-se que a revista Manchete deu abertura para que mulheres pudessem tomar frente nas reportagens sobre igualdade de gênero e busca de direitos. Diante disso, constatou-se que desde janeiro até maio de 1975, período selecionado para este estudo, os debates em torno do divórcio e dos problemas sociais femininos pelo mundo, estiveram presentes em praticamente todas as edições, exceto as edições citadas anteriormente, as quais desviaram do objetivo da pesquisa.

A protagonista principal das matérias relacionadas a libertação da mulher, fora Heloneida Studart^{xvii}. A militante feminista, foi redatora da revista Manchete entre 1970 e 1978, período coincidente com os movimentos pelos direitos das mulheres, afirmação do Movimento Feminista no Brasil e com o início da Década da Mulher. Das 5 (cinco) reportagens redigidas por mulheres, 3 (três) foram escritas por ela. Segundo as proposições de De Fáveri (2014, p. 105), quando Heloneida ingressou na revista Manchete, a editoria era composta quase que exclusivamente por homens, portanto, havia competição nas relações de poder e gênero. Para além dessas competições de poder, há que considerar que o Brasil vivia sob uma “ditadura militar que colocava grandes obstáculos à liberdade de expressão e levava, com reação as lutas políticas e sociais com viés de esquerda” (PEDRO, 2012, p. 241). Sobretudo, mesmo dentro desse contexto, o Brasil viu surgir o feminismo de “Segunda Onda” a partir dos anos 1960, o qual multiplicava-se no exterior, porém aqui haviam-se certos resguardos devido as questões políticas.

Entendendo-se o contexto de inserção da escrita das reportagens, é possível inferir-se o porquê das breves ou ausentes referências ao Brasil e as potencialidades dadas a quaisquer

outros países para discutir temas tão latentes como a igualdade feminina. A Reportagem 2^{xviii} nesse sentido, dirigindo-se principalmente para o público feminino ao mostrar possibilidades de abertura para novas atividades além da casa, voltou-se também ao público masculino, sobretudo, quando há a comprovação da existência da mesma quantidade de neurônios da mulher e do homem, além do aumento no nível de vida das populações (convencimento ao leitor) se a mulher participar do mundo do trabalho. Há também, uma tentativa de convencimento de que a igualdade entre homens-mulheres, não acarretará no abandono do primeiro, visto que a mulher poderá além de dividir responsabilidades econômicas, garantir uma relação que se tornará recíproca.

Por esse ângulo, podemos destacar a Reportagem 3^{xix} como parte de uma discussão que ao mesmo tempo silenciou o Brasil e implicitamente sem citá-lo referenciou às constantes separações e a consequente busca por tal. Levando em consideração os antagonismos existentes no Brasil acerca da discussão divorcista no ano de 1975, observa-se que a visibilidade da matéria sobre a realidade iugoslava, possibilitou o direcionamento para a reflexão do leitor para uma série de questões, focando naquilo que antecede o casamento: autoconhecimento e responsabilidades a serem divididas (de novo, aponta-se para a igualdade de gênero). Evidenciando como fator principal a sobrecarga feminina nos pedidos de divórcio, a reportagem salienta uma revisão dos costumes arraigados na relação estabelecida pelo casal (que pode ser direcionada ao Brasil). Ainda citando o contexto estrangeiro, a Reportagem 5 buscou dar visibilidade a Itália, evidenciando o quão bruscas foram as manifestações surgidas logo após o aval para o divórcio, situando o país em posição de exemplo. A reportagem em sua forma escrita, destacando-se por seu título Depois do divórcio, o aborto, aponta implicitamente para as consequências imbricadas na legitimação do divórcio. Nesse sentido, o leitor associará a reportagem sobre a situação italiana aos debates efervescentes que estavam ocorrendo no mesmo período de tempo no Brasil, podendo-se influenciar positivamente ou não as opiniões acerca do divórcio.

No que tange as reportagens 7 e 8, a primeira referindo-se mais especificamente ao aborto e ao divórcio como dois temas explosivos para o período e a segunda, referindo-se aos debates que ocorreram na sede da ONU em Nova York trazem à tona em ambas, uma abertura para as reivindicações/conquistas femininas pelo mundo voltando-se minimamente para o contexto brasileiro. A reportagem 7, é apresentada por um texto conteudista e recheado de imagens de embriões e fetos em processo gestacional, buscou-se novamente trazer a partir de

lentes exteriores, a discussão polêmica do aborto no Brasil. Mencionando as realidades vividas pelos países: Inglaterra; Estados Unidos; Itália; Alemanha Ocidental; URSS e Hungria focando-se em como estes lidam juridicamente e socialmente com a questão, Heloneida salienta a efervescência do assunto em terras brasileiras em decorrência da ascensão dos movimentos de Libertação da Mulher, mas também, considera o alto índice anual de abortos: um milhão. Constatou-se que a procura por métodos contraceptivos é alta, bem como o uso da pílula, no entanto põem-se como pauta o problema da fragilidade da educação sexual. Assim, ela fecha a matéria com uma reflexão: o aborto deve ser livre? Além disso, discute-se se há alguma relação entre a legalização do divórcio e o desejo do direito a abortar.

Heloneida Studart na Reportagem 8, buscou dar visibilidade aos debates que estavam ocorrendo na sede da ONU em Nova York diante da reunião de representantes de diferentes países a citar, Herta Kuhring, cientista da Alemanha Oriental; a Dra. Maria Lavallo do México; a jornalista e ministra dos assuntos femininos na França Françoise Giroud; a socióloga sueca Rita Liljestrom; a professora Alla Masevich, membro da Academia de Ciências da URSS, etc. A situação de desagrado feminino pelo mundo foi exemplificada pelo texto da jornalista na França, Estados Unidos, Itália, Portugal, Inglaterra, países socialistas, África e América Latina (no geral como continentes). Dentre esses países e continentes o que ganha destaque na matéria são as condições deploráveis do trabalho feminino, isto é, a remuneração inferior à dos homens para ocupar os mesmos cargos; a ocupação de cargos não qualificados; as vítimas da política de demissões das empresas; a realização de trabalhos pesados da lavoura (no nordeste do Brasil) e a vinculação e obediência as autoridades dos pais ou maridos. Na URSS, apesar das mulheres terem seus direitos salariais iguais aos dos homens, terem o direito de abortar e se divorciar, elas ainda não se libertaram das obrigações domésticas. Já na Itália, mesmo com a desigualdade trabalhista, as mulheres conseguiram uma importante conquista em 1974: o divórcio. Diferentemente deste último país, Portugal foi citado como o país mais preconceituoso com relação ao gênero feminino, mantendo os castigos físicos contra as mulheres como algo comum mesmo nas camadas mais esclarecidas da sociedade. Todavia, mesmo com este cenário nebuloso, houve-se a obtenção da retirada do artigo 24 da Concordata existente entre Portugal e a Santa Sé que impedia o divórcio das pessoas casadas na Igreja. Agora, o divórcio já podia ser estendido a todos os portugueses casados ou não. No geral, nota-se como predominância nas reivindicações, a pauta do trabalho e os problemas da mulher trabalhadora. Isso, segundo Pedro (2012, p. 240), foram

pautas primevas comuns dentro da “Segunda Onda”, para que posteriormente outras reivindicações se fizessem presentes a exemplo da sexualidade e corpo e a violência contra à mulher. Essa própria restrição a ampliação de bandeiras, esteve ligada como dito anteriormente às questões políticas momentâneas e ao preconceito social pelo movimento.

Ao encontro da última matéria, a Reportagem 11 é uma entrevista com a ministra Françoise Giroud (ministra para assuntos femininos da França). Ela centraliza sua entrevista nas conquistas/emancipação feminina ocorridas na França nos últimos tempos. Nesse sentido, ela insiste no reconhecimento pelo homem da importância dos direitos femininos e da sua ocupação no mercado de trabalho, considerada mão de obra significativa e de grande valia para os patrões. Imbricado na temática do “trabalhar fora”, Giroud aponta para as dificuldades sofridas pelas mulheres que tem de pensarem onde os filhos irão ficar durante sua jornada de trabalho. Este último apontamento, deixa explícito as preocupações que permeiam boa parte da população feminina e alijam os homens deste compromisso.

O conjunto de reportagens escritas por mulheres e inscritas num contexto de reivindicações importantíssimas em todo mundo, advém de mudanças que já estavam acontecendo desde os anos 1930 e 1940, onde a urbanização e a industrialização traziam novidades. A efervescência da década de 1970, portanto, não foi por acaso. Para Mary Del Priore, é neste período que “as relações verticais começaram a ser questionadas. Rompia-se, bem lentamente, o ciclo de dependência e subordinação ao marido, embora a imprensa continuasse a idealizar a figura de mãe e dona de casa” (DEL PRIORE, 2014. p. 204). Outrossim, a autora destaca ainda nesse contexto a saída das mulheres de suas casas, para o trabalho nos escritórios, nos serviços, nas fábricas e nas lojas, respaldando em novas direções o próprio casamento. Além disso, há a presença dos métodos contraceptivos mais eficientes desde 1962, dando-lhes poder de decisão sobre os filhos. Em resumo, a mulher da década de 1970 estava se reinventando aos poucos, como apresentado nas reportagens.

Dentre as reportagens que fazem referência direta a temática divorcista, estão a Reportagem 1^{xx}, Reportagem 4^{xxi}; Reportagem 6^{xxii}; Reportagem 9^{xxiii}; Reportagem 10^{xxiv}; Reportagem 12^{xxv} e Reportagem 13^{xxvi}. A primeira reportagem do ano de 1975, nomeada como Reportagem 1, traz logo de início uma entrevista sobre a emenda divorcista com o senador Nelson Carneiro. Para iniciar o debate no Brasil, a matéria traz os exemplos de países que ainda não aderiram ao divórcio. Entretanto, utilizando-se da expressão “já civilizados” para indicar os países divorcistas, o Brasil é classificado nesse quesito, como retrocedente em

comparação aos outros. Apesar de não incriminar a Igreja a exercer pressão sobre o Congresso, aponta para o fato de que moralmente ela tenta colocar toda uma sociedade nos moldes de seus próprios preceitos. Para Carneiro, respeita-se essa posição, no entanto, ela deve compreender que não é a religião unânime no país, e deve fazer respeitar suas leis somente dentro de seu próprio campo religioso. Convergindo às reportagens seguintes, ao perguntar para o entrevistado com relação ao apoio do MDB (partido pertencente) ao divórcio, Nelson afirma que “No fundo, o divórcio é uma questão de foro íntimo que está acima dos partidos (MANCHETE, 1975, p. 24). Concomitante a essas observações, a Reportagem 4 a qual fez parte da seção “Posto de Escuta”, espaço reservado a pequenos anúncios políticos, deu lugar para que Nelson Carneiro comentasse sobre o crescimento político do MDB, o qual segundo KINZO (1988, p. 74, apud BATISTELLA, p. 962), “o MDB obteve em 1974, pela primeira vez um excelente desempenho eleitoral, elegendo 16 senadores contra apenas seis da ARENA”. Esse fator crescente do partido esteve ligado de acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 100-101) à:

a) A agressividade do MDB, que adotou posturas críticas mais contundentes; b) o fim do otimismo em relação ao crescimento econômico em virtude do esgotamento do “milagre econômico”; c) a eficiência do MDB na campanha, utilizando com inteligência a televisão, que pela primeira vez teve um papel importante nas disputas eleitorais; d) o fato das eleições terem sido relativamente abertas, com menor índice de repressão desde 1965.

Desse modo, mesmo considerando a mudança crescente no desempenho do partido, Nelson Carneiro deixa claro que a implantação do divórcio no Brasil não se atrela somente a este fator, uma vez que existem mentalidades muito distintas no interior de cada partido, já indicado na Reportagem 1. Sobretudo, não depositando inteiramente sua confiança no movimento emedebista, Carneiro na Reportagem 6,^{xxvii} às vésperas da emenda do divórcio no Senado, levanta sua bandeira em prol da defesa dos direitos das mulheres, explanando acerca dos problemas em que estão emersas e demonstrando a ampliação na defesa divorcista provinda do público feminino, assim ele diz:

No começo a mulher era adversária do divórcio. Hoje ninguém o reivindica mais exaltadamente do que ela, pois o caráter mutilador do desquite, a independência financeira feminina, e o conhecimento psicológico de que os motivos emocionais que levam à união podem mudar tão radicalmente que a tornem destruidora e insuportável (MANCHETE, 1975, p. 20).

Para além disso, Carneiro ainda salienta como situação de apoio ao divórcio a situação dos filhos dos desquitados, pois “as crianças de uma mulher desquitada que se casa de novo são filhas do seu amante. Aquelas nascidas do segundo casamento de uma mulher divorciada são filhas do seu marido” (MANCHETE, 1975, p. 20). Por conseguinte, a matéria

dá abertura para o posicionamento da Igreja Católica, que neste sentido, podem ser sintetizadas nas palavras de Dom Aloísio Lorscheider, presidente da CNBB e arcebispo de Fortaleza:

A posição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil não poderá ser diferente da posição oficial da Igreja Católica. O ensinamento do Cristo é muito claro: “O que Deus uniu, o homem não pode separar.” Deus é autor do casamento e não o estado. E se Deus o instituiu indissolúvel e uno, desde o começo não há porque aceitar o mecanismo do divórcio (MANCHETE, 1975, p. 20-21).

Na tentativa de evidenciar como os debates em torno do divórcio estavam ocorrendo pelo mundo, logo de início, apresentam-se breves comentários sobre alguns países já adotantes do divórcio como Itália, Portugal, França, Bélgica, México, Peru, Venezuela e Uruguai. É importante salientar ainda, que o título Divórcio: os prós e os contras, esteve na capa desta edição, o que revela não só a amplitude do debate, mas o contexto de posicionamentos antagônicos de tempos que estavam mudando.

Dando seguimento as polêmicas dos prós e dos contras ante a causa da emenda divorcista, a Reportagem 9^{xxviii}, traz o título que ganha enfoque na matéria O divórcio não passará, a qual fundamenta-se na pesquisa feita pela própria revista na escuta de 274 deputados e 66 senadores, além do grupo católico presente. Levando-se em consideração uma maioria antidivorcista, que segundo a pesquisa de 276 deputados entrevistados em Brasília, 142 mostraram-se a fiéis ao divórcio e 134 a favor da indissolubilidade do casamento, mesmo não entrevistando 88 deputados, considerou-se que somando a manifestação destes, a emenda alcançaria apenas 230 votos. Os bispos, segundo a matéria, agiram discretamente e muitas vezes afirmaram que não desejavam fazer pressões sobre o Congresso, no entanto, D. Ivo Lorscheider, cometeu uma “indiscrição” conforme empregue pela revista, ao referir-se que, “estamos em Brasília para pressionar e impressionar” (MANCHETE, 1975, p. 14). A partir dessa explanação, fica claro entender quais eram as verdadeiras intenções nas manifestações religiosas: “o controle da Igreja Católica, que a queria encerrada na imagem da Sagrada Família” (DEL PRIORE, 2014, p. 201). Como se não bastasse os argumentos dos membros da Igreja, o deputado relator da Comissão Mista, Cid Furtado, contrário ao divórcio, legitima sua justificativa, assim:

Tanto divorcistas quanto indissolubilistas estão de acordo num ponto: a instituição familiar está em crise. Ora, a nosso ver, devemos buscar soluções que preservem o fundamento da sociedade e do estado, que é a família, e não pseudo-soluções que agravem os problemas existentes, ao invés de solucioná-los (MANCHETE. 1975, p.16).

Observa-se que o deputado, assim como a Igreja detém nas suas formas de pensar, um tradicionalismo rígido em defesa da família e das instituições cristãs, defendendo que o divórcio não é o caminho para a resolução dos problemas da família, acarretando na ampliação dos problemas, uma vez que:

[...] as consequências do divórcio, em termos de dissolução da família, infelicidade dos cônjuges que se divorciam, angústias e traumatismos dos filhos e todo um cortejo de males têm sido apontados em todo o mundo, exaustiva e abundantemente, por sociólogos, psicólogos, magistrados, pensadores, historiadores e religiosos” (MANCHETE, 1975, p. 16).

Nesse sentido, a matéria apoia-se no seu argumento inicial “o divórcio não passará”, justificando-se através do levantamento dos posicionamentos católicos e políticos antidivorcistas, mesmo que apontando uma ampla maioria em números (divorcista), as poucas esperanças de aprovação da emenda. Na tentativa de apresentar os argumentos discrepantes do olhar católico, a Reportagem 10, apresenta uma investigação da religião mórmon^{xxix} crescente não só no Brasil, mas em todo o mundo. Por esse viés, o intuito da matéria resume-se numa pergunta central: como eles veem o divórcio? Apesar de crerem no “casamento eterno” (como assim chamam), os mórmons aceitam com naturalidade o divórcio. Para eles, “o que a lei dos homens e de Deus uniu, o próprio homem ou o próprio Deus pode desunir” (MANCHETE, 1975, p. 58). Todavia, havendo a separação, a mulher não poderá ter um novo casamento realizado no templo (considerado pela religião como garantia do estado matrimonial e a possibilidade de na outra vida continuarem a produzir filhos), e se tiver filhos no segundo casamento, serão considerados filhos do primeiro marido, de quem ela dependerá para ressuscitar na outra vida. Contrariamente a essa posição, os homens poderão se casar quantas vezes quiserem, bem como, se divorciar e viver na eternidade com todas as mulheres com quem se casou. Em síntese, pode-se perceber que o sexo feminino tem a liberdade de divorciar-se, porém ainda saem prejudicadas, pois não há as mesmas garantias de direito como os homens. Contudo, mais uma vez a decisão do divórcio torna-se uma questão delicada para as mulheres.

Exatamente uma semana antes da votação da emenda Nelson Carneiro, a revista Manchete abre a Reportagem 12^{xxx} ressaltando: A guerra do Divórcio. Esse título faz referência aos ânimos alterados dos antidivorcistas que parecem temer a aprovação do divórcio no Brasil. O primeiro “ataque” antidivorcista advém do Deputado Álvaro Vale- da Arena- RJ, defendendo a posição de que a emenda não poderá ser votada pelas duas Casas do Congresso conjuntamente. Esta é uma bandeira impactante, pois a votação seria feita primeiro pelo Senado (que provavelmente reprovava a emenda) e desse modo, não iria para a Câmara,

sendo arquivada. Outra proposta dos antidivorcistas era a disputa entre o voto secreto e o voto nominal. A matéria descreve que segundo a posição de observadores, se o voto fosse secreto, a emenda alcançaria sem dificuldades o quórum necessário. No entanto, caso seja nominal, o quórum também será alcançado, mas com um pouco mais de dificuldade. Finaliza-se a matéria com a descrição de Nelson Carneiro, onde percebe-se tranquilo na sua explanação: “O voto secreto resguardaria os parlamentares de pressões excessivas ou intoleráveis, mas com o voto secreto ou o voto nominal, espero que a emenda seja aprovada” (MANCHETE, 1975, p. 21). Esses antecedentes buscaram situar o público leitor acerca dos principais embates presentes na semana anterior a votação, demonstrando as possibilidades para a aprovação da emenda e a esperança dos divorcistas de que tudo corresse como o previsto, pois esta “guerra”, termo utilizado da reportagem, não teve início só agora.

Em se tratando da última reportagem analisada nesta pesquisa, a Reportagem 13 buscou evidenciar como decorreu o processo de votação das emendas divorcistas. Notou-se uma descrição detalhada de conturbação dentro do plenário: congressistas interessados e desinteressados e por último, com posicionamento formado diante da questão. Estiveram presentes argumentos antidivorcistas provindos de uma moral associada a criminalidade, a citar o exemplo dado pelo Deputado Jorge Arbage, da Arena do Pará: “a loucura, o suicídio e a criminalidade em geral, são companheiras inarredáveis do divórcio” (MANCHETE, 1975, p. 13). Houve também pronunciamentos antidivorcistas, indicando a defesa pelos “humildes e respeitosos jovens da TFP” que não aceitam o “estupro comunista, a destruição sub-reptícia ou ostensiva da fé cristã, enfim, das nossas tradições” (MANCHETE, 1975, p. 14). A força da Igreja Católica foi considerada significativa no que tange a influência que exerceu por meio de sermões pronunciados em todas as igrejas do país, juntamente com a parceria estabelecida entre muitos bispos e prefeitos na assinatura de cartas aos congressistas, dizendo que “todos os seus eleitores esperam que vote contra o divórcio” (MANCHETE, 1975, p. 15). O movimento da TFP- Tradição, Família e Propriedade, foi considerado contraproducente. Em contrapartida, a matéria constatou a raridade de manifestações em prol do divórcio. No entanto, a exemplo da defesa divorcista, apresenta-se Marcos Freire, argumentando que votará “em nome da família, em nome da mulher; em nome dos filhos” (MANCHETE, 1975, p. 14). Apesar dos argumentos prós e contras à emenda, o fato da votação não ter sido secreta, resultou indiscutivelmente na perda de alguns votos tementes à implicância da Igreja, pois moralmente, como foi ressaltado pela própria matéria, a vitória já era certa. Nesse sentido, a

emenda não foi aprovada por não atingir os dois terços do número de congressistas. Apesar do resultado, Nelson Carneiro afirmou enfaticamente: “perdemos apenas uma batalha, mas a guerra continua” (MANCHETE, 1975, p. 15). Esse pronunciamento final de Carneiro nos dá um indicativo concordante a afirmação que finaliza a matéria: “os tempos estão mudando, como demonstra a própria maioria absoluta dada pelo Congresso Nacional dada a emenda Nelson Carneiro” (MANCHETE, 1975, p. 15). Para além disso, o clero brasileiro, estava em uma situação, utilizando-se as palavras de Mary Del Priore (2020, p. 205) “era essa uma Igreja enfraquecida”. Em síntese, uma sociedade em pleno desenvolvimento não podia deixar ser travada pelas ideias retrógradadas da religião extremamente negligente com a modernização.

Considerações Finais

Depois de realizadas as análises das 13 reportagens ao longo desse trabalho, concluiu-se a dimensão significativa existente entre as publicações feitas pela revista Manchete na década de 1970, tecendo em suas páginas uma realidade que ainda hoje se faz presente. Muitas das questões levantadas em nível mundial nesse período, como a desigualdade salarial entre homens e mulheres; a imposição ao trabalho doméstico e a submissão feminina, resumindo-se na busca por igualdade de gênero, estão ainda tão latentes que se perdem na definição de espaço/tempo.

Retomando a questão que norteou todo o estudo: compreender de que forma a revista Manchete (1952-2000) apresentou os debates que antecederam a lei do divórcio (1977) no Brasil no período de janeiro a maio de 1975, encontraram-se no percurso do desenvolvimento da pesquisa, reportagens que se mesclaram entre abordar as reivindicações femininas pelo mundo (não se referindo diretamente ao divórcio) e aquelas que através de debates políticos e religiosos evidenciaram os posicionamentos antidivorcistas e divorcistas diretos a temática. As primeiras, sendo redigidas por mulheres, destacaram a presença de Heloneida Studart, redatora emblemática que por suposição do contexto político de repressão e censura impostos pelo Regime Militar, citou minimamente os problemas da mulher brasileira e para fazê-los referência, detalhou as reivindicações e condições deploráveis femininas de outros países pelo mundo afora, relacionando-os com os vivenciados em terras brasileiras. Nesse sentido, mesmo que indiretamente, a causa feminista de Heloneida Studart fora levantada nas páginas de Manchete e ganharam visibilidade pelo público. As páginas tinham um tom de convocação para que as mulheres fossem à luta por seus direitos.

No tocante as reportagens de cunho mais direto a questão divorcista, fica explícito sejam nas reportagens do início ou fim das análises, janeiro ou maio de 1975, o contexto de efervescência política e religiosa entre os posicionamentos antivorcistas e divorcistas. Sobretudo, de mesmo modo das reportagens que trataram indiretamente do divórcio, as reportagens mais diretas, por vezes, citaram os exemplos de outros países adotantes do divórcio antes de fazer referência ao Brasil. Durante os 5 (cinco) meses analisados, percebeu-se que Manchete deu visibilidade à Igreja Católica, a qual se manteu firme no posicionamento indissolubilista, criticando que a legitimação da emenda causaria mais problemas às famílias brasileiras (que já se encontravam em crise), trazendo à tona justificativas religiosas de impossibilidade de romper o que Deus uniu, mesmo mediante a situações calamitosas. No entanto, Nelson Carneiro apareceu como uma voz dissonante a estes preceitos e ganhou tanta visibilidade quanto a Igreja, para defender sua proposta, bem identificada logo na primeira reportagem do ano de 1975. A revista, buscou demonstrar um posicionamento de firmeza e esperança, através de “imagens” e palavras de e por Carneiro, com embasamento na sua prática advocatícia de resolução de problemas familiares, justificando sua pauta na emenda e na defesa dos direitos das mulheres.

O mês de maio apresentou como um todo o acirramento dos ânimos. Depreendeu-se situações de medo por parte dos antivorcistas que tentaram agir por meio de justificativas morais apoiadas na religião católica e influenciar na política os posicionamentos já centrados de muitos divorcistas. Por esse ângulo, claramente, percebe-se uma relação estreita entre religião, política e poder.

Observou-se por fim, que as páginas de Manchete evocavam um período de modernização da sociedade brasileira. Essas mudanças estavam atreladas a quebras de paradigmas por todo o mundo. 1975, pela ONU já havia sido intitulado como o ano da libertação da mulher, e isso significava só o início de reivindicações que não parariam por aí. Verifica-se uma Igreja enfraquecida, mas que ainda exercia poder moral sobre uma parcela da sociedade, principalmente, em âmbito político. Apesar de não ser atingido o quórum necessário para a aprovação da emenda, a moralidade da sociedade tinha sido “atacada” e encontrava-se em estágio avançado suficiente para que da próxima vez, Nelson Carneiro e as mulheres ganhassem, de fato, a causa.

A busca por respostas trouxe apenas resultados parciais, visualizada pela metodologia de Análise de Conteúdo. A investigação nas páginas de Manchete, abrem outras

possibilidades de pesquisa, seja na ampliação da temática estudada, até o final de 1975 e anos adiante, ou as tantas reportagens referentes a acontecimentos internacionais e nacionais, bem como, a diversidade de usos nos aportes metodológicos.

Referências

ABREU, Alzira Alves. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ALMEIDA, MARIA ISABEL DE MOURA. *Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977*. 188f. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

BATISTELLA, Alessandro. *A ditadura militar e o bipartidarismo: casuísmos e simulacro de democracia*. In GRIJÓ, Luiz Alberto; DOMINGOS, Charles Sidarta Machado;

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
CARVALHO, Maristela Moreira. Sexualidade, controle e constituição de sujeitos: a voz da oficialidade da Igreja Católica (1960-1980). *Esboços*, 2008.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

DEL PRIORE, Mary. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. São Paulo: Planeta, 2020.

FÁVERI, Marlene De. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa (2007). *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 1, jan/ jul, 2007.

FÁVERI, Marlene De. “O mundo é das mulheres” - Heloneida Studart e o feminismo da revista Manchete. *Revista Ártemis*. Santa Catarina, UFSC, v. 18, n.1; jul-dez, 2014.

HEINSFELD, Adelar. *Sob a inspiração de Clio: uma introdução ao estudo da História*. 2ª ed. São Paulo: DPP Editora; Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. *Revista Educação*. Porto Alegre, v.22, n. 37, p.7-32, 1999.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. “*Aconteceu: Virou Manchete*”: O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. 143f. Dissertação (mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. O feminismo de “Segunda Onda”: corpo, prazer e trabalho. In: *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. In: *Projeto História*. São Paulo, v. 4, p. 89- 102, jun, 1985.

Recebido: 08/03/2021

Aceito: 18/07/2021

Publicado: 25/08/2021

* Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo. Bolsista da Fundação Universidade de Passo Fundo - FUPF Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2620-5672>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0067364680704050>.

ⁱ Para mais informações sobre a posse e o governo de Ernesto Geisel, consultar o capítulo “A Ditadura Militar e o Bipartidarismo: casuísmos e simulacro de democracia”, presente na obra: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado et al. (Orgs). *Capítulos de História Política: problemas e estudos*. Passo Fundo: Acervus, 2020.

ⁱⁱ Essa mudança de posicionamento com relação ao regime militar é visualizada na década de 1970. Nesse momento, segundo Almeida (2010, p. 94) a Igreja passa a apoiar movimentos de “emancipação de categorias sociais excluídas, fazendo crescer o compromisso da Igreja para com os princípios religiosos progressistas, de 1974 a 1983).

ⁱⁱⁱ Desde o início da década de 1960, estava disponível no mercado um método mais seguro de contracepção, a “pílula”. A existência desse método anticoncepcional ajudou a consolidar na mentalidade das pessoas a separação entre procriação e sexualidade, com o aval das ciências médicas. Com a existência da pílula, o prazer das mulheres nas relações sexuais tornou-se uma questão ainda mais importante (PEDRO, 2012, p. 244). Para mais informações sobre o feminismo de Segunda Onda, consultar a obra: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana M. (Orgs). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

^{iv} Para informações esclarecedoras sobre a condição do desquite, consultar o artigo: FÁVERI, Marlene de. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa (2007). *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 1, jan/ jul, 2007.

^v A biografia foi escrita por Arnaldo Bloch neto e herdeiro do nome de Arnaldo Bloch que compunha a soma dentre os nove filhos de Joseph. Para saber mais sobre a família Bloch, consultar a obra BLOCH, Arnaldo. *Os irmãos Karamabloch*. Ascensão e queda de um império familiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

^{vi} O nome da revista teria surgido de uma conversa informal entre Adolpho e Pedro Bloch, que sugeriu o nome Manchete pela semelhança da palavra com o renomado título francês Paris Match. Esta revista francesa competia com as norte-americanas Life e Time, destacando-se pela qualidade fotojornalística de suas matérias (DO NASCIMENTO, 2015, p. 29).

^{vii} No que tange as matérias editoriais da revista, apresenta-se uma crítica constante a União Soviética. Porém, Adolpho não delatava funcionários comunistas e identificava politicamente a revista como desenvolvimentista, antiliberal e industrializante do pensamento econômico (DO NASCIMENTO, 2015, p. 37).

^{viii} Para saber mais sobre a personalidade de Adolpho Bloch, consultar a obra: PENA, Felipe. *Seu Adolpho: uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010, p. 77.

^{ix} Nas décadas de 70 e 80, *Manchete* deu abertura para o lançamento de revistas como *Ele e Ela*, *Desfile*, *Sétimo Céu* e *Amiga*. Além disso, a Editora Bloch adquiriu duas emissoras de rádio (DO NASCIMENTO, 2015, p. 34).

^x Depois da falência da Bloch Editores, o único título desse período que sobreviveu é a revista *Pais e Filhos*, lançada mensalmente pela Manchete Editora (DO NASCIMENTO, 2015, p. 36).

^{xi} O primeiro nome que de fato ilustra a história da análise de conteúdo é o de H. Lasswell: fez análises de imprensa e de propaganda desde 1915 aproximadamente (BARDIN, 1977, p. 15).

^{xii} Revista Manchete, nº1187 de 18 de janeiro de 1975, p. 30-33.

- ^{xiii} Revista Manchete, nº1190 de 8 de fevereiro de 1975, p. 117.
- ^{xiv} Revista Manchete, nº1195 de 15 de março de 1975, p. 4-10.
- ^{xv} Revista Manchete, nº1197 de 29 de março de 1975, p. 43-45.
- ^{xvi} Revista Manchete, nº1202 de 3 de maio de 1975, p. 28-30.
- ^{xvii} Para saber um pouco mais sobre a vida de Heloneida Studart, ver especialmente as páginas 106 e 107 do artigo: DE FÁVERI, Marilene. “O mundo é das mulheres” - Heloneida Studart e o feminismo da revista Manchete. *Revista Ártemis*. Santa Catarina, UFSC, v. 18, n.1; jul-dez, 2014.
- ^{xviii} Na reportagem há fotos de importantes ativistas das causas femininas como: Maria de Lurdes Pintassilgo (ministra de Portugal); Isabel Perón (presidenta da Argentina); Maria Eugênia Rojas da Colômbia; Simone Beauvoir; Kate Millett; Gloria Steinem; Golda Meir (ex-Primeira Ministra de Israel; Indira Gandhi (atual Primeira-Ministra da Índia) e Betty Friedan (líder feminista americana).
- ^{xix} Revista Manchete, nº1188 de 25 de janeiro de 1975, p. 54-55.
- ^{xx} Revista Manchete, nº1185 de 04 de janeiro de 1975, p. 22-25.
- ^{xxi} Revista Manchete nº1190 de 08 de fevereiro de 1975, p. 11.
- ^{xxii} Revista Manchete nº1193 de 01 de março de 1975, p. 20-21.
- ^{xxiii} Revista Manchete nº1198 de 05 de abril de 1975, p. 14-17.
- ^{xxiv} Revista Manchete nº1200 de 19 de abril de 1975, p. 52-59.
- ^{xxv} Revista Manchete nº1204 de 17 de maio de 1975, p. 20-21.
- ^{xxvi} Revista Manchete nº1205 de 24 de maio de 1975, p. 12-15.
- ^{xxvii} Em foto da matéria: Dom Eugênio Sales, Dom Vicente Scherer, Dom Avelar Brandão e Dom Aloísio Lorscheider, todos na linha de frente antiodivorcista. Prof. Benjamin Moraes, defensor da posição da Igreja Presbiteriana e Frei Constâncio de Nóbrega, outras vozes contra o divórcio. Do lado divorcista, apenas uma foto grande de Nelson Carneiro.
- ^{xxviii} Em foto na matéria, estão destacados: Ruben Dourado (autor junto com Nelson Carneiro, das duas emendas divorcistas); Hélio de Almeida e Hugo Napoleão Neto (líderes divorcistas na Câmara). Na ala antiodivorcista: Cardeal D. Avelar Brandão (Primaz do Brasil); D. Vicente Scherer; Cardeal Arcebispo de Porto Alegre; D. José Newton (Arcebispo de Brasília); D. Ivo Lorscheider (secretário geral da Conferência dos Bispos).
- ^{xxix} Esse rebanho, oficialmente denominado de Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias popularmente conhecido por mórmons, devido ao livro de suas escrituras sagradas- O livro Mórmon- é constituído provavelmente pelas únicas pessoas do mundo cristão que crêem em profetas vivos e em revelações atuais (MANCHETE, 1975, p. 54). A Igreja foi organizada em abril de 1830, em Fayette, no Estado de Nova Iorque, por Joseph Smith, primeiro profeta e presidente da nova religião (MANCHETE, 1975, p. 54).
- ^{xxx} Imagens: Magalhães Pinto; Nelson Carneiro; Rubem Dourado; Petrônio Portella; Benedito Ferreira; Prisco Viana; Celio Borja; Marcos Freire; Padre Nobre; Nelson Rodrigues; TFP- em manifestações; Nelson Carneiro e Wilson Gonçalves.